

A crescente onda de criticidade no empreendedorismo social e na inovação social

Timothy Curtis*, Michael Bull e Vicky Nowak****

*Universidade de Northampton 

**Universidade Metropolitana de Manchester 

**Universidade Metropolitana de Manchester 

RESUMO

Neste artigo, traçamos uma maré crescente de criticidade para destacar três ondas em um mar de pesquisas sobre empreendedorismo social/inovação social (ES/IS). Nosso objetivo é chamar a atenção para as perspectivas contrárias, alternativas e críticas no campo e para o quão "perigosa" é sua cooptação por narrativas de direita. Analisamos o que acreditamos ser três ondas no desenvolvimento de uma agenda de pesquisa crítica empreendida por um grupo de acadêmicos que, em sua lealdade ao campo, procuraram desvendar as suposições subjacentes na prática e na reflexão acadêmica sobre a inovação social. Apresentamos a crítica instrumentalista inicial, na qual o sucesso e a utilidade social da ES/SI são questionados. Em segundo lugar, destacamos uma mudança pós-estruturalista, na qual vozes e perspectivas ocultas e não ouvidas são bem-vindas e celebradas. Para nós, a terceira onda constitui uma ameaça perigosa ao projeto de ES/SI, ameaçando minar e cooptar as duas primeiras ondas, como aconteceu em outros campos relacionados ao esforço intelectual. Posicionamos este artigo não apenas para nos envolvermos com acadêmicos que desafiam os pressupostos normativos por trás da pesquisa de inovação social, mas também para chamar a atenção para a entrada da política de direita na teoria crítica pós-modernista. Não é que tudo nessa terceira onda seja ruim, mas tudo se torna inesperadamente perigoso, especialmente se adotarmos acriticamente a reflexividade, a naturalização e a performatividade como posições política e moralmente neutras. Ao contrário de Foucault, ao adotar uma postura realista crítica, começamos a propor que "o social", apresentado como algo inherentemente "bom", é uma realidade ontológica que pode ser conhecida, embora nosso conhecimento do que é "bom" seja limitado e parcial. No primeiro Fórum Mundial Skoll (2004), alguns ativistas colocaram cartazes nos banheiros da Said Business School alertando os delegados: "cuidado com o empreendedorismo social: um lobo em pele de cordeiro! (Nicholls & Young, 2008, p. 272). Concluímos nosso artigo alertando que o ES/SI não é o único lobo com o qual devemos nos preocupar!

Palavras-chave: Teoria crítica; inovação social; empresa social; reflexividade; naturalização; performatividade.

Proposta submetida em 25 de abril de 2022, artigo recebido em 5 de julho de 2022, revisões entregues em 16 de agosto de 2022, revisado em 6 de outubro de 2022, aceito em 20 de outubro de 2022, disponível online em 16 de maio de 2023.



INTRODUÇÃO

Em 2006, Len Arthur subiu ao púlpito na Conferência de Empresas Sociais do Reino Unido e denunciou a positividade inquestionável em torno do conceito de empresa social, expressando sua repulsa em relação àqueles na plateia que haviam amalgamado os termos sem qualquer contestação. "Há cerca de dez anos, teria parecido um oxímoro amalgamar os termos social e empresa. Desde então, o conceito passou rapidamente da obscuridade para o status de ortodoxia" (Arthur *et al.*, 2006, p. 1). Um pequeno grupo de acadêmicos na plateia, igualmente intrigados com a falta de criticidade, começou a falar. De modo geral, a literatura sobre inovação social (IS) e empreendedorismo social (ES) (doravante SE/SI) nos últimos vinte anos tem se mostrado extremamente interessada em promover a IS/SI como (a) uma coisa inherentemente boa, (b) uma solução para todos os problemas e (c) um complemento politicamente neutro para o neoliberalismo global. Como destaca Arthur, as perspectivas críticas no campo surgiram como um esforço conjunto em 2006, nos debates acalorados da Conferência de Empresas Sociais, que continuou quando se tornou a Conferência Internacional de Pesquisa em Inovação Social (ISIRC). Essa primeira onda de criticidade em ES/SI desafiou o desempenho e as conquistas inigualáveis do "novo" setor de empresas sociais. Publicações posteriores desenvolveram temas críticos em diferentes direções, cada uma contornando a questão da teoria crítica e concentrando-se em encontrar o "social" no ES/SI, mas sem abordar a teoria crítica de frente.

A segunda onda surgiu na Suíça, com o artigo de Dey (2010), que destacou a violência simbólica em jogo nos discursos sobre empreendedorismo social, sinalizando um movimento em direção a um debate mais teoricamente informado. Isso foi seguido pelo apelo de Steyaert e Dey (2010) para que a pesquisa sobre empreendedorismo social permaneça "perigosa", refletindo deliberadamente Foucault, reconhecendo o potencial performativo da pesquisa na criação da realidade e posicionando o campo como fonte de transformação social. Sua agenda de pesquisa teórica crítica sublinhou a necessidade de identificar e desafiar suposições por meio da desnaturalização, da performatividade e da reflexividade; de vincular o ES/SI a contextos culturais, sociais e históricos; e de imaginar e explorar alternativas que perturbem ativamente as ordens sociais estabelecidas (Steyaert & Dey, 2010).

As perspectivas críticas sobre ES/SI foram ampliadas e aprofundadas por meio da literatura que envolve teóricos críticos. Os desafios à pesquisa normativa se basearam em Bourdieu (Teasdale, *et al.*, 2012); Giddens (Nicholls & Cho, 2006); Foucault (Curtis, 2007); Polanyi (Bull & Ridley-Duff, 2018; Roy & Grant, 2020; Thompson *et al.*, 2020) e Ostrom (Ridley-Duff & Bull, 2021; Peredo *et al.*, 2020). Na economia política, há perspectivas marxistas, verdes e comunitárias (Yıldırım & Tuncalp, 2016; Scott-Cato *et al.*, 2008; Scott-Cato & Hillier, 2010; Ridley-Duff, 2007). A abordagem de economias diversas da

geógrafa feminista J. K. Gibson-Graham questiona o domínio das formas capitalistas de economia e se transformou em uma rede de pesquisa coletiva que busca demonstrar que "outro mundo é possível" (Gibson-Graham *et al.*, 2013).

Uma terceira onda pode estar chegando. O que parece ter ocorrido na pesquisa e nas publicações de perspectivas críticas sobre ES/SI na última década é um engajamento triplo com questões epistemológicas, um desenho de insights teóricos de pensadores populares da teoria crítica e desafios às estratégias metodológicas normativas na pesquisa e, com essa onda, há um surgimento de desafios aos pressupostos ontológicos (Hu, 2018, Hu *et al.*, 2019). Essa terceira onda é marcada por uma possível crise de relativismo e subversão das categorias primárias de pensamento pela "nova direita", questionando assim as credenciais progressivas das ideias, teorias e teóricos que os teóricos críticos prezam.

Procuramos considerar como futuras pesquisas críticas em ES/IS podem continuar a aprofundar nossa teorização e contribuir para o campo de ES/IS. Nossa artigo, portanto, explora as maneiras pelas quais os estudiosos críticos do empreendedorismo social e da inovação social começaram a explorar aspectos do campo que são ocultados, editados e empurrados para os limites. Chamamos a atenção para aqueles que desafiaram a grande narrativa, para aqueles que chamaram a atenção para a reflexividade, a naturalização e a performatividade crítica, contra as manchetes que mitologizam e romantizam o campo, ao mesmo tempo em que minimizam a doutrina parcial, incompleta e ideologicamente orientada – ou, nas palavras de Arthur, a ortodoxia.

A PRIMEIRA ONDA DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE EMPRESA SOCIAL/INOVAÇÃO SOCIAL

Nessa primeira onda, o hibridismo das empresas sociais tem sido, em grande parte, o foco de pesquisas críticas que desafiam a grande narrativa. Chamamos a atenção para o exame do "lobo em pele de cordeiro", dividindo nossos argumentos em três temas centrais da literatura: (i) tradição cooperativa, (ii) perspectivas voluntárias e comunitárias e (iii) o surgimento de um forte "foco empresarial". Essas três correntes são examinadas separadamente, mas nenhuma delas seria suficiente sem antes resumir o surgimento do ES no Reino Unido (como país líder no campo do ES) a partir de uma perspectiva política.

Reemergência da inovação social: A Terceira Via do Novo Trabalhismo

A primeira onda de pesquisas críticas sobre a SI/SE coincidiu com o surgimento da "empresa social" (ES) no cenário político do Reino Unido no final da década de 1990. Sob o governo "pró-mercado" do "Novo Trabalhismo", eleito em 1997, a fé na doutrina da "Terceira Via" foi posta em ação em um cenário de fracasso do Estado e do mercado e das injustiças da globalização e do neoliberalismo. O setor voluntário, a economia social ou o

terceiro setor – para abreviar, usamos esses termos de forma intercambiável – receberam maior atenção, pois antes não se esperava que o setor contribuisse significativamente para a criação de empregos, mercado e formação de riqueza. Amin (2002) identificou rapidamente os aspectos da economia social como atividades residuais, soluções marginais e, na melhor das hipóteses, temporárias para os danos causados pelo mercado e pelo Estado, sendo que agora essas organizações estavam sendo solicitadas a desempenhar um papel mais importante, alertando para o fato de que elas não deveriam replicar ou substituir o Estado de bem-estar social por meio de privatização ou negligência (Amin, 2009). O governo trabalhista de Tony Blair deu continuidade à busca do individualismo e da mercantilização do mercado pela administração anterior e ao "esvaziamento do Estado" (ver Rhodes, 1994), embora com um nome ligeiramente diferente de "terceirização do Estado" (ver Baekkeskov, 2011), criando espaço para que as organizações do terceiro setor prestassem serviços públicos como parceiros complementares na prestação de serviços públicos (Aiken *et al.*, 2021; Alcock, 2010; Macmillan, 2010; Nicholls & Teasdale, 2017; Teasdale, 2010). Como afirmaram Haugh e Kitson (2007, p. 983), "a Terceira Via era uma filosofia política que buscava resolver as diferenças ideológicas entre o liberalismo e o socialismo; ela combinava o neoliberalismo com a renovação da sociedade civil e via o Estado como um facilitador, promovia o ativismo cívico e endossava o envolvimento com o setor voluntário e comunitário para atender às necessidades da sociedade". Uma nova narrativa ganhou força com a primeira adoção governamental do conceito de ES no relatório da Equipe de Ação Política (PAT) 3 da Estratégia Nacional para Renovação de Bairros de 1999, em relação à criação de capital social que as ESs proporcionavam às comunidades (HM Treasury, 1999; Sepulveda, 2015). Isso foi seguido por um posicionamento do empreendedorismo (social) como a saída da pobreza para comunidades carentes na iniciativa do Phoenix Development Fund no mesmo ano. Os conceitos estavam ganhando adeptos na política governamental; primeiro, por meio da Unidade de Empresa Social do Departamento de Comércio e Indústria, em 2001, e do lançamento da primeira política do Reino Unido, em 2002, que defendia a empresa social como uma "estratégia para o sucesso", e, segundo, pelo Departamento do Escritório do Terceiro Setor, em 2006, e seu segundo impulso político, que anunciou um plano de ação adicional que proclamava que a ES estava "alcançando novos patamares". A euforia da ES não era compartilhada por aqueles que estavam na linha de frente.

Reapropriação e dessocialização das tradições cooperativas: Onde está a “democracia participativa” na empresa social?

As conversas de que Ridley-Duff (ver Ridley-Duff *et al.*, 2008; Ridley-Duff & Southcombe, 2012) teve conhecimento em 1997 destacam o pano de fundo de um campo de batalha pela identidade e legitimidade da ES em relação à história e à tradição mais antigas do movimento cooperativo. Ridley-Duff falou sobre as discussões entre cooperativas de

trabalhadores e Cooperative Development Agencies (CDAs) em torno de uma agência de apoio ao setor (Social Enterprise London¹) que, em 1998, declarou explicitamente a promoção de "cooperativas e propriedade comum" e outras organizações que praticam os "princípios da democracia participativa" em seu Memorando de Associação (Ridley-Duff & Southcombe, 2012, p. 185), bem diferente da narrativa dominante na época, que afirmava que as empresas sociais eram um fenômeno inteiramente novo (Curtis, 2011). De fato, a linguagem estava em uso desde o início dos anos 80 no desenvolvimento de cooperativas e foi formalmente adotada por uma rede nacional (a Social Enterprise Partnership) em 1994. Arthur *et al.* (2006) lamentaram que a definição de ES do Department of Trade and Industry (DTI, 2002) excluisse as cooperativas do grupo e seus princípios de propriedade e controle. Esses primeiros defensores do conceito de ES estavam agora sendo excluídos, e Arthur *et al.* (2006) afirmam que seu "trabalho quase não aparece nas discussões recentes sobre empresas sociais e está quase hermeneuticamente isolado dos debates acadêmicos relacionados", acrescentando que a retórica e a narrativa em torno dos termos economia social e ES foram apropriadas e adotadas pelo governo, apoiadas por grupos de reflexão e transmitidas pelas administrações regionais como parte de uma agenda de integração para promover uma cultura empresarial.

Como Ridley-Duff e Southcombe (2012) argumentaram, no início da definição das características da ES, a partir da década de 1970 e até por volta de 1998, quando a SEL foi formada, a "socialização" e o "propósito social" receberam o mesmo peso. No entanto, em 2002, quando a Social Enterprise Coalition foi formada, seguida de perto pela estrutura legal da Community Interest Company em 2005, uma maior influência dos EUA em torno do propósito social (empreendedorismo social) começou a influenciar as políticas, em que o individualismo (e uma cláusula sem fins lucrativos) teve precedência sobre a socialização e o comunitarismo (e a remoção do mutualismo) (consulte Ridley-Duff e Bull, 2011). A frustração de Arthur *et al.* (2006) com o absurdo dessa mudança fica clara em sua referência à ES como um oximoro (conforme citado acima). Seu argumento é que o discurso da ES ataca o habitus alternativo dos espaços democráticos. Huckfield (2022) também acrescenta que a ES havia se transformado em um projeto político, vinculado a um discurso norte-americano de empreendedores sociais independentes, e a promoção de modelos de negócios liderados pelo mercado tinha precedência sobre os princípios da democracia participativa e das organizações comunitárias de propriedade democrática.

¹ A SEL foi formada por agências de desenvolvimento cooperativo e pelas cooperativas de trabalhadores que elas apoiaram durante o primeiro mandato do Conselho da Grande Londres, sob a liderança de Ken Livingston (final dos anos 70/início dos anos 80).

Limites indistintos, cooptação gerencialista e mercantilização das tradições voluntárias: Onde está a “missão” na empresa social?

Uma segunda fonte de crítica à noção emergente de ES/SI veio de uma perspectiva do setor voluntário e comunitário. Dart (2004) descreveu esses setores como organizações voluntárias, pró-sociais e cívicas que eram tradicionalmente financiadas por meio de uma mistura de taxas de associados, fundos governamentais, subsídios e taxas de usuários. No entanto, devido ao neoliberalismo, houve mudanças nos mecanismos de financiamento do governo, especificamente a mudança da concessão de subsídios para contratos/licitações competitivas com a devolução, a desregulamentação e a privatização dos estados de bem-estar social que ocorreram globalmente nos últimos 40 anos (Pearce, 2003; Goerke, 2003). Borzaga e Solari (2004) afirmam que, “gostando ou não”, os fluxos de financiamento do setor estavam mudando para uma “cultura de contratos”. Grenier (2008) acrescentou que, para impulsionar essa transição, os beneficiários de benefícios foram rebatizados como “clientes” ou “consumidores” em vez de “beneficiários” ou “usuários de serviços”, de modo que a percepção mudou para uma em que eles tinham escolha e controle sobre os serviços que recebiam. Assim, uma orientação para o mercado e uma retórica de “cultura empresarial”, em oposição a uma “cultura de dependência” dos cordões da bolsa do Estado “babá”. Eikenberry e Kluver (2004) levantaram preocupações sobre os “métodos e valores do mercado” que estão sendo aplicados no setor sem fins lucrativos. De fato, Aiken (2006) destacou que eles são incompatíveis, sugerindo que a mudança deixa o setor desafiando o “desvio de missão”, na tentativa de permanecer financeiramente viável. Como acrescentou Cornforth (2014), as ESs podem enfrentar tensões ao atender às lógicas institucionais concorrentes dentro da organização, ou seja, a lógica do mercado concorrente ou a lógica do financiador concorrente (em que uma dependência excessiva de um financiador [do setor público] domina os serviços prestados) contra a lógica altruísta.

A mudança também foi logicamente desafiadora, pois Spear (2001) falou sobre a inserção de “competências gerenciais” do setor privado no setor. Da mesma forma, Bull (2008) identifica o foco intensificado dos provedores de financiamento que exigiam mais das organizações em termos de sistemas de gestão, padrões de qualidade e marketing – nenhum dos quais era financiado adequadamente por meio de contratos de serviços [do setor público]. Além disso, quanto mais empresarial o setor se torna, mais os voluntários são excluídos, pois os contratos e as responsabilidades legais limitam o uso de voluntários (Spear, 2001). Allan (2005), Macmillan (2010) e, mais tarde, Hazenberg *et al.* (2014) afirmaram que uma agenda instrumentalista de contratos estava sendo promovida na prestação de serviços do setor público, impulsionada por metas de resultados rígidos, agendas de empregabilidade e retorno das pessoas ao trabalho, em oposição a resultados mais brandos, como autoestima e confiança. Grenier (2008) advertiu que o setor estava seguindo a cultura do setor privado, em que apenas

"indivíduos empreendedores" são considerados cidadãos responsáveis e dignos, com base puramente em um conjunto de valores em torno da concorrência do livre mercado e do interesse próprio individual. Para Pharoah, Scott e Fisher (2004), as decisões de financiamento do setor público excluíam os beneficiários dos projetos, em que o financiador tinha pouco conhecimento sobre quais intervenções funcionavam ou não funcionavam em um determinado contexto. Esse conhecimento, em última análise, reside nas organizações comunitárias e voluntárias (algo abordado novamente por Curtis nesta edição temática). Amin *et al.* (2003) também afirmam que uma tendência preocupante no final da década de 1990 foi a profissionalização da economia social por meio da empresa social, em que agora há uma classe de profissionais da economia social que se deslocam de um lugar para outro "consertando" problemas locais, sem nenhuma conexão com as comunidades que atendem.

A influência do pensamento neoliberal no Reino Unido forçou o setor a se adequar por meio de instrumentação política que vai de encontro às identidades cívicas. Aiken *et al.* (2021) identificaram resistência, sugerindo que, apesar de a forma filantrópica ser o modelo de ES mais proeminente numericamente no Reino Unido, essas organizações não tendem a se autoidentificar como ESs e que sua definição orientada para os negócios não representa o valor do setor voluntário. Terry (1998) acrescenta que o "mercado" não valoriza ideologias democráticas, como equidade e justiça, comprometendo o papel do setor como "guardião de valores". Muitas organizações voluntárias e comunitárias, portanto, rejeitaram o ES como um modelo de negócios e preferiram vê-lo como uma atividade financeira (buscando contratos, buscando comércio, como uma atividade paralela à renda de subsídios (Cox, 2007; Ridley-Duff & Bull, 2011). Pharoah, Scott e Fisher (2004) perguntaram: "Será que abordagens mais empreendedoras para a geração de renda poderiam proporcionar a esses setores [voluntários e comunitários] uma base de financiamento forte, mais confiável e independente?" – e sua pesquisa identificou que o júri ainda não decidiu! O medo do dirigismo e do pluralismo em um uso instrumental do setor voluntário para se tornar parceiro eficiente e eficaz dos agentes de prestação de serviços públicos do Estado desafiou a independência do setor (Lewis, 2005). Da mesma forma, Reid e Griffith (2006) alertaram sobre as pressões isomórficas em direção à integração e aos modelos de negócios, o que é bem resumido por Amin *et al.* (2003), afirmando que é lamentável que, em vez de oferecer uma alternativa, as ESs, na moda do momento, tenham sido cooptadas para um discurso político que está mais preocupado com a eficiência (custo-benefício) do bem-estar do que com as alternativas radicais que muitas organizações querem ser. Consequentemente, não podemos chamá-las de alternativas, radicais ou mesmo empreendedoras se o objetivo for cumprir os objetivos do governo! – podemos?

Legitimação instrumentalista neoliberal do “caso de negócios”: Onde está o “social” na empresa social??

Um terceiro e mais recente tema da primeira onda de considerações críticas sobre o campo de ES/SI foi a legitimação da pesquisa em ES pelo “caso de negócios”. O artigo da conferência de Len Arthur, em 2006, chamou a atenção dos autores da área. Bull (2008) afirma que o apelo global do neoliberalismo em muitas partes do mundo na década de 80 estava estendendo seus tentáculos por todos os setores e, com a mercantilização e a privatização, surgiu uma cultura que enfatizava a autossuficiência individual, a responsabilidade pessoal e o empreendedorismo de forma mais geral na sociedade, à medida que o individualismo se consolidava (Scase & Goffee, 1980; Kuratko, 2005). Hulgård (2014) destaca que, por um lado, as organizações da economia social eram vistas como parte e apoio de uma economia de mercado capitalista dentro dos principais mecanismos de estratégia política (consulte Dees, 1998; Drayton, 2002; Emerson, 2006; Leadbeater, 1997), argumentando que o paradigma do empreendedorismo social oferecia uma panaceia para lidar com as falhas do mercado social, promovidas por instituições nos EUA, como Ashoka, Schwab e Skoll Foundation, enquanto, por outro lado, elas podem ser vistas como uma rejeição dos valores do neoliberalismo e um contramovimento que constrói uma economia alternativa – uma economia social solidária (consulte Scott-Cato & Raffaelli, 2017).

Grenier (2008) sugeriu que o caso de negócios enquadra um discurso conveniente que enfatiza prioridades políticas específicas, promovendo uma orientação para o mercado, ampliando assim uma “cultura empresarial” que Arthur *et al.* referem como se tornando a ortodoxia. Grenier também atribuiu a grande quantidade de instituições que promovem essa agenda a organizações como a Ashoka, que teve a preocupação de não se apresentar como uma “fundação” que faz “doações” a “beneficiários”, mas sim como uma instituição que concede “prêmios” ou “estipêndios” a seus “bolsistas”, adotando, portanto, a linguagem do mundo corporativo, alinhando-se com o setor privado. Arthur *et al.* (2006) apoiaram esse argumento, afirmado que o discurso que envolve a empresa social se tornou predominantemente voltado para a empresa, e Bull e Crompton (2006) acrescentam que houve, sem dúvida, um “empurrão” político para que o setor se tornasse mais “empresarial” e “empreendedor”. Huckfield (2022) apontou o caso de que, à medida que o empreendedorismo social foi surgindo nas universidades norte-americanas, o foco principal dos acadêmicos de administração e negócios tem sido as questões logísticas, como desempenho, finanças, inovação, impacto, crescimento e mercados. (Young, 2006; Dees e Anderson, 2006; Dees, 2008; Mair e Marti, 2006; Austin, 2006), legitimando o caso de negócios como a principal preocupação. Dart (2004) argumentou que a *legitimidade moral* não apenas conecta o surgimento geral da empresa social com os valores políticos e ideológicos neoconservadores, pró-negócios e pró-mercado que se tornaram centrais... mas também explica a observação de que a empresa social está sendo

mais frequentemente compreendida e praticada em termos comerciais e de geração de receita mais restritos. Ele também aponta para estudiosos como Boschee (2001) e Emerson e Twersky (1996), alertando que a teoria institucional sugeria que a empresa social provavelmente continuaria com um foco restrito e operacional em soluções baseadas no mercado, modelos semelhantes aos de negócios e em termos de geração de receita, devido à validade mais ampla das noções ideológicas pró-mercado no ambiente social mais amplo. Isso trouxe à tona o uso do empreendedorismo comercial e do planejamento corporativo, além de ferramentas e conceitos de design de negócios voltados para um foco maior no resultado final, na receita obtida, no retorno sobre o investimento e no gerencialismo (Turnbull, 1994; Terry, 1998; Hulgard & Spear, 2006).

Voltando a Arthur *et al.* (2006), eles continuaram a delinear os perigos da legitimação do caso de negócios, onde há tensão, sugerindo que a narrativa na literatura se moveu em direção a uma narrativa de que "se as atividades de negócios forem um sucesso no mercado, isso significa que os objetivos sociais, em essência, cuidarão de si mesmos" (2006, p. 2). Como acrescentou Young (2006), quando a maioria dos comentaristas se concentra no "empreendedorismo" no empreendedorismo social, há um salto de fé com relação ao processo social e aos resultados da empresa e a negligência do social. Como disse Bull (2008), esse salto de fé é problemático, pois caracteriza a empresa social como uma forma de "fazer" negócios muito parecida com as empresas privadas. Fazer negócios também tem uma autoridade inquestionável, que "essa maneira" é a "melhor maneira" (mais um caso de isomorfismo!). Arthur *et al.* (2006, p. 2) identificaram uma questão fundamental: "... uma narrativa e um discurso de 'caso de negócios' estão sendo privilegiados na prática da pesquisa de empresas sociais em detrimento do reconhecimento conceitual e teórico do social." Bull (2008) sugere que o ambiente competitivo e a corrida por lucros podem ser destrutivos, principalmente se a prestação de serviços tiver como objetivo ser mais eficiente e obter lucros em detrimento do atendimento às necessidades da comunidade. Como Pearce (2003) adverte, as empresas sociais estariam comprometidas se adotassem os valores e princípios dos setores privado ou estatal.

Resumo

A primeira onda de perspectivas críticas sobre ES/SI culminou com a desconstrução da ES, em particular criticando a "empresa" como problemática, mas menos sobre o fato de "o social" ser problemático. A primeira onda pressupõe que o ES/SI é fundamentalmente uma "coisa boa" e que o prefixo social das palavras "empresa", "economia" e "inovação" são posições inherentemente positivas do ponto de vista ético.

Os estudos nesse campo emergente desafiaram a ideologia do mercado, criticaram o comércio como ponto focal, questionaram as estruturas jurídicas organizacionais, problematizaram as identidades definidoras e desafiaram a agenda política, mas foram, por sua vez, cooptados por meio de uma indefinição de limites dentro da hegemonia

da ortodoxia empresarial. O debate se concentrou principalmente em torno de quem é o "dono", com batalhas de definição e indefinição de limites, destacando a contestação dos conceitos entre as hegemonias do Estado, da caridade e do capitalismo.

A SEGUNDA ONDA DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE EMPRESA SOCIAL/INOVAÇÃO SOCIAL

Após a primeira onda, houve um aumento constante nas pesquisas que buscam entender o ES/SI a partir de uma posição teórica crítica, questionando as epistemologias do campo. Ao examinar a virada crítica na pesquisa em ES/SI, não se trata apenas da aplicação da teoria crítica, mas da abordagem e da lógica da pesquisa (Fournier & Grey, 2000). Seguindo o esboço de Curtis (2008) sobre os objetivos da pesquisa crítica: "...identificar e desafiar suposições, reconhecer a influência da cultura, da história e da posição social e imaginar e explorar alternativas extraordinárias, interromper rotinas e ordens estabelecidas" (2008, p. 277), a exploração de perspectivas críticas pode incluir a revelação de ideias ou ideologias ocultas, examinar arranjos institucionais e desafiar relações de poder e identificar o potencial para relações alternativas ou transformadoras (Godin, 2019). O trabalho de Chris Steyaert e Pascal Dey foi fundamental para estabelecer e sustentar uma mudança no uso da teoria crítica para enquadrar o pensamento sobre a pesquisa em ES/SI. Seus nove verbos para a prática de pesquisa para manter a ES "perigosa" sugerem que os aspectos práticos da ES se tornam mais reais na forma como são comunicados por meio da pesquisa (Steyaert & Dey, 2010). Ao fazer isso, eles sinalizaram uma mudança para se basear mais claramente em uma teoria crítica mais ampla, principalmente, mas não totalmente, associada à Escola de Frankfurt. A crítica da pesquisa por meio da desnaturalização, da performatividade crítica e da reflexividade é fundamental para essa segunda onda de identificação e contestação de pressupostos subjacentes. A consideração do ambiente cultural, histórico e social influenciou a formação e o desenvolvimento da pesquisa em ES/SI. A pesquisa crítica ocorre por meio da contextualização, da historicização e da conexão, para entender como as práticas ocorrem no contexto. Ao fazer isso, os pesquisadores podem intervir, vislumbrar mudanças e transformações (Curtis, 2008; Steyaert & Dey, 2010). Esse enquadramento nos ajuda a ter uma noção de até que ponto a pesquisa em ES/SI adotou uma perspectiva crítica da ES.

Identificação e contestação de pressupostos normativos

Essa virada crítica dentro da pesquisa em educação sexual buscou desafiar as suposições normativas por trás da pesquisa em educação sexual, que apresentam a educação sexual e a educação privada como "coisas boas" inerentes (Chell *et al.*, 2016; Dey & Steyaert, 2016). A desnaturalização envolve questionar o que é considerado dado ou natural, desconstruindo a "realidade" ou "verdade" percebida do conhecimento, revelando

sua “não naturalidade” e revelando as relações de poder desiguais que estão em jogo (Fournier & Grey, 2000). A linguagem tem uma função importante na atribuição de significado aos fenômenos. A linguagem pode ser persuasiva, poderosa e construída de forma a priorizar pontos de vista específicos (Steyaert & Dey, 2010) ou essencializada (Gibson-Graham, 2008). Parkinson e Howorth (2008) foram os primeiros pioneiros a aplicar a análise crítica do discurso (CDA) à linguagem da ES para destacar como a ideologia dominante imposta aos empreendedores sociais entrava em conflito com a experiência vivida por eles como profissionais que se sentiam mais próximos dos ativistas do que dos empreendedores. Sua pesquisa revelou questões de identidade, poder e ideologia em relação às empresas sociais.

Pascal Dey também se baseou na CDA para demonstrar como a ideologia dominante de ES se torna imbuída de significados mantidos pelos empreendedores tradicionais e está em desacordo com as práticas de ES do mundo real, destacando, assim, a narrativa política e politizante associada a aspectos da pesquisa de ES/SI (Dey, 2006, 2010). Isso chama a atenção para o fato de que as narrativas heroicas do ES/SI enfatizam os benefícios da inovação, da criatividade, do entusiasmo e da coletividade para construir uma narrativa do ES/SI como um “sujeito ideal” que os empreendedores nascentes e os ativistas comunitários devem imitar. A ocultação da realidade esconde qualquer discussão sobre luta, obstáculos e riscos, fraqueza ou fracasso, e desvia a atenção dos problemas que os empreendedores sociais estão tentando resolver (Dey & Lehner, 2017). A análise do discurso revelou como as narrativas das políticas de ES promovem uma ideologia neoliberal de mercantilização e concorrência, em vez de modelos de bem-estar social associados ao Estado e à provisão sem fins lucrativos (Mason *et al.*, 2019; Nicholls & Teasdale, 2017). O trabalho de Dey também mostrou como os empreendedores sociais resistem e subvertem esses modos dominantes, apropriando-se deles e usando-os para seus próprios fins, imitando o ideal da ES/SI, a fim de garantir recursos (Dey & Teasdale, 2016). A mensagem subjacente no discurso da ES/SI é que são as pessoas que precisam mudar, e não as instituições.

Outro conceito da pesquisa crítica nessa onda foi a performatividade, que está relacionada à desnaturalização no sentido de que se refere à ideia de que a realidade é ativamente representada por nossas palavras e ações (Law, 2004), e não meramente construída ou vinculada a ela, o que ajuda a explicar como a ideologia se torna incorporada em diferentes contextos sociais e geográficos. A performatividade crítica identificou como as narrativas de políticas, como a visão competitiva da ES, foram adotadas nas comunicações de políticas e da mídia – para influenciar as interações cotidianas e criar a realidade para os empreendedores sociais (Gibson-Graham, 2008; Steyaert & Dey, 2010). Isso chamou a atenção para a forma como os ideais economicistas dominantes da ES eram continuamente reescritos, afetando a formação da identidade dos empreendedores em potencial que se modelavam em um ato performativo de “tornar-se” (Phillips & Knowles,

2012). Ao considerar os processos de desnaturalização, a pesquisa crítica de ES/SI lançou luz sobre as práticas que inscrevem os ideais de mercado por meio das lentes da performatividade (Petitgand, 2018). A antiperformatividade ou a performatividade crítica resisteativamente à posição econômica dominante, para priorizar o "social" do ES/SI. Isso pode ocorrer tanto por meio de pesquisas que lançam luz sobre práticas alternativas (Gibson-Graham, 2008; Gibson-Graham *et al.*, 2013).

Dando continuidade ao trabalho iniciado na primeira onda, houve um impulso para teorizar diretamente os pressupostos normativos que sustentam o ES/SI. Pesquisadores críticos exploraram a ambiguidade em torno do termo "social", que mascara os valores que acompanham o termo (Bruder, 2021; Ranville & Barros, 2021). Bruder (2021) questionou as suposições de missões sociais que, segundo ele, inevitavelmente levam a práticas sociais e éticas nas ESs. Ele apontou como o impulso para a maximização, inerente à ideologia do mercado, cria um foco no cumprimento de uma missão social definida em vez de deveres e responsabilidades mais amplos da organização. Isso restringe os resultados sociais da organização à consecução de uma meta social geralmente definida de forma restrita, o que às vezes leva a outros resultados sociais e ambientais negativos. Essa motivação econômica para maximizar o impacto social pode levar à exploração de empreendedores sociais, de seus funcionários e do meio ambiente (consulte também Dempsey e Sanders, 2010). Bruder pediu uma definição de ES que incorpore tanto a missão social quanto as práticas sociais, sugerindo a ética integrativa como um caminho em potencial para reunir a intenção social da ES com as práticas, com base empírica.

A definição do "social" em ES/SI na segunda onda está relacionada a julgamentos sobre o que é do interesse da sociedade e, portanto, torna-se uma investigação política em vez de tecnocrática (Cho 2006). O ES/SI foi posicionado como uma resposta privada a problemas públicos, em que os cidadãos se tornam clientes e a eficiência do mercado substitui a tomada de decisão democrática (Ganz *et al.* 2018). Isso foi articulado em relação ao papel da ES na neoliberalização das economias do Reino Unido e da Europa, descrito na primeira onda. É evidente na integração da ES/SI que a politização continua e que as ESs e seus poderes sobrenaturais devem ser considerados a solução para os grandes desafios sociais (Ganz *et al.*, 2018). Com base em trabalhos anteriores, os pesquisadores reconheceram a necessidade de repolitizar o ES/IS por meio da clareza sobre os princípios ideológicos e políticos subjacentes (Dey & Steyaert, 2012). Isso é relevante para a ideologia política que sustenta as motivações do ES (Jarrodi *et al.*, 2019), mas, sem dúvida, é mais relevante como pesquisadores. Como Ranville e Barros (2022) apontam em sua análise de 100 artigos importantes sobre ES, foram identificadas filosofias políticas contraditórias no campo e em artigos individuais, sugerindo que o campo ainda é aberto e multivocal ou inconsistente e incoerente.

Reconhecer a importância do contexto

A teoria crítica está preocupada em compreender e explicar os fenômenos conforme moldados pelo (e moldando o) contexto, em vez de abstração teórica. O ES/SI não opera em um vácuo, ele influencia e é influenciado pelas condições locais (Steyaert & Dey, 2010). Para descobrir o raciocínio por trás de ações e eventos, é importante entender como diferentes contextos, aspectos e condições de fenômenos influenciam outros (Vincent & O'Mahoney, 2018). O ES/SI pode ser visto como uma contextualização do empreendedorismo e da inovação – um afastamento dos modelos de empreendedorismo padrão que se concentram no empreendedorismo motivado pelo lucro e pela criação de riqueza. Refletindo os estudos de contexto de empreendedorismo padrão, que eram evidentes nas abordagens anteriores da primeira onda, a pesquisa considerou como o contexto era importante para entender “quando, como e por que” o empreendedorismo social acontece, e também quem se torna um empreendedor social (Welter *et al.*, 2020, Welter, 2011). Conforme descrito acima, os primeiros estudos se concentraram no contexto da missão social, diferenciando a empresa social dos negócios com fins lucrativos, e como o conflito entre os motivos e as pressões sociais e lucrativos pode levar ao desvio da missão (conforme descrito na primeira onda, citando Aiken, 2006, e Cornforth, 2014). Houve uma expansão significativa no número e na natureza dos estudos contextuais de ES/SI nos últimos dez anos, com pesquisas que examinam o desenvolvimento em diferentes ambientes geográficos, incorporando perspectivas de gênero, étnicas e culturais indígenas. As explicações contextualizadas podem esclarecer por que determinadas ideias com recursos semelhantes podem ter um resultado diferente em ambientes políticos ou comunitários alternativos, ou no mesmo local (ou na mesma organização) em um momento diferente. Esses casos individuais são cruciais para a formação de uma massa crítica que pode influenciar uma mudança nas suposições e teorias dominantes. Esse conjunto de conhecimentos pode ajudar a desafiar as suposições sobre o que constitui o ES/SI e pode lançar luz sobre tipos de empreendimentos e inovações sociais que foram marginalizados. Entretanto, muitos desses estudos consideram sua contribuição empírica e tendem a não adotar uma lente teórica crítica (de Bruin & Teasdale, 2019). Além disso, o foco nos empreendedores ou organizações sociais microindividuais tende a apresentar uma análise positiva da ES.

Parkinson e Howorth (2008) relacionam a história social e econômica de um lugar à forma como a educação sexual é concebida e percebida dentro de um local. Eles destacam como a criação de significado é contestada na ES, vinculando detalhes locais minuciosos a temas nacionais amplos para demonstrar como o contexto e a experiência local diferem. A teoria institucional forneceu uma maneira de compreender criticamente o ES/SI em seus contextos (van Wijk *et al.*, 2019; Stephan *et al.*, 2015). As abordagens institucionais foram utilizadas para identificar barreiras e facilitadores para a atividade de ES/SI por meio da consideração de vazios institucionais e apoios institucionais (por

exemplo, Stephan *et al.*, 2015). A definição de ES adotada pelo EMES, com base na abordagem institucional de Karl Polanyi, aponta para a adequação da teoria institucional para a compreensão de lógicas concorrentes: a ES é conceituada como operando entre as esferas do mercado, do governo e da sociedade; o projeto ICSEM dos acadêmicos do EMES buscou vincular tipos de ES a configurações de fatores institucionais em diferentes países (Defourny & Nyssens, 2017).

As tensões na mudança transformacional

A ideia de transformação é fundamental para as definições de ES/SI e, potencialmente, a característica distintiva entre inovação social e empresa social (Moulaert & MacCallum, 2018). Embora a ES seja frequentemente posicionada como a solução para a desigualdade e a privação, pesquisas críticas a identificam cada vez mais como paliativa (usada como um remédio para problemas estruturais), em vez de conseguir alterar ou substituir instituições dominantes, para abordar o cerne de um problema (Scott-Cato & Raffaelli, 2017). Ao considerar o potencial transformador da ES/SI, trabalhos recentes identificaram níveis e processos de mudança em interação, que incluem mudanças em nível micro nas relações sociais, inovação sistêmica que ocorre dentro de instituições e estruturas sociais, mudança das regras do jogo em nível macro e narrativas de mudança que buscam desafiar a ordem existente por meio de contranarrativas (Avelino *et al.*, 2019; Pel *et al.*, 2020). As mudanças em nível micro formam a base da abordagem de economias comunitárias de J. K. Gibson-Graham, que chama a atenção para alternativas que foram marginalizadas por práticas ou ideologias dominantes. Os muitos estudos de caso e exemplos contextuais podem ser vistos aqui como uma construção para demonstrar aos participantes, à sociedade em geral e ao governo que "outra maneira é possível". Ao definir a IS como um processo de transformação social, há um afastamento do foco nos benefícios sociais para reconhecer um possível lado sombrio da mudança, que pode servir a interesses adquiridos e dominantes (Pel *et al.*, 2020). Isso fica evidente na análise de Teasdale *et al.* (2021), que identificou como o discurso da Ashoka foi orientado pela transformação individual em vez da estrutural, individualizando assim a responsabilidade pela IS. Outros estudos chamaram a atenção para as relações de poder, identificando como o empoderamento de um grupo pode desempoderar outros, destacando a necessidade de manter uma postura crítica que reconheça todas as partes (Avelino, 2021). Isso reforça o impulso de expor as suposições que sustentam a pesquisa e aponta para uma teoria normativa que envolve um julgamento sobre o que o ES/SI "deveria" ser (Avelino, 2021; Flyvberg, 2001).

Reflexividade e pesquisa crítica

Os estudos de segunda onda integraram a reflexividade e começaram a considerar os valores do que se supõe ser socialmente benéfico. O exame das práticas a partir da perspectiva do social pode revelar como as suposições dominantes podem influenciar a ES e a maneira como a entendemos. Curtis (2008) revisitou um projeto com uma visão

criticamente reflexiva e descobriu que sua análise havia sido cooptada pela narrativa competitiva, em que a avaliação do sucesso se baseava em uma medida gerencial. Isso chamou a atenção para o papel dos valores na pesquisa de ES e para a necessidade de estar ciente e explícito sobre eles, pois podem influenciar as avaliações de sucesso ou os impactos relatados da ES (Ranville e Barros, 2022). Ruebottom (2018) destacou como a integração de lógicas econômicas na produção comunitária de alimentos não é necessariamente uma medida negativa, mas o problema surge se presumirmos automaticamente que ela é boa. Da mesma forma, a replicação de programas além das fronteiras geográficas pode impor certos valores às comunidades, o que, por si só, é problemático (Ruebottom, 2018). Isso aponta para o argumento de que a ES pode minar a democracia, pois as ESs tomam decisões de provisão pública fora do âmbito político. Ele destaca a importância da voz e da participação pública na ES/SI.

Resumo

A segunda onda de perspectivas críticas sobre o ES/SI fez com que os pesquisadores se olhassem no espelho, examinando como a pesquisa era realizada, com o objetivo de reconhecer a linguagem, a identidade e as relações de poder, com o intuito de criar espaços para vozes e experiências alternativas. Ao fazer isso, os pesquisadores do SE/SI foram influenciados por estudiosos de estudos críticos de administração, explorando a desnaturalização, a reflexividade e a performatividade, adotando a análise crítica do discurso. A mudança aqui, a partir da primeira onda, é de uma preocupação com a cooptação do ES/SI para formas, políticas e suposições organizacionais neoliberais, para o questionamento da própria base do ES/SI, criticando as suposições que as primeiras críticas fizeram sobre a "bondade" do ES/SI e seu efeito no mundo real. A segunda onda, portanto, marcou uma mudança no sentido de usar o conjunto de ferramentas progressivas da teoria crítica para expor a dinâmica de poder subjacente implícita na pesquisa. As estruturas analíticas, no entanto, ao fazer com que o contexto local seja importante, ao dar voz a vozes alternativas e minoritárias, questionando as narrativas convencionais, é que tudo é circunstancial e igualmente válido.

A TERCEIRA ONDA DE PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE EMPRESA SOCIAL/INOVAÇÃO SOCIAL

Quando olhamos para 2010, vimos um ponto alto do que foi entendido como teoria crítica (que informou a teorização de ES/SI). No entanto, muita coisa mudou desde 2010, especialmente no mundo da sociologia e da teoria crítica. Há uma noção implícita de que a "Escola de Frankfurt", o lar intelectual de Horkheimer, Habermas e Gramsci, representa uma visão de mundo progressista e de centro-esquerda que critica as narrativas e verdades dominantes para chegar a uma representação mais precisa do mundo. Mas os intelectuais da nova direita (*nouvelle droit*), como Jordan Peterson e

Alain de Benoist, têm cooptado constantemente o arsenal intelectual da teoria crítica. Peterson, o escritor mais conhecido popularmente, defende ataques ao que ele chama de "marxismo cultural", chamando-o de nova "hegemonia" (Sharpe, 2020). Ele deturpa (ou não entende) o que foi o projeto da Escola de Frankfurt e o apresenta como uma conspiração comunista para dominar a academia e o discurso social. No entanto, apesar do aparente mal-entendido, ele usa as mesmas estruturas de crítica usadas pela Escola de Frankfurt em suas próprias análises para afirmar que o projeto progressista é a lógica dominante do mainstream. O antiprogressista se tornou a voz da minoria, em seu argumento, e as estratégias da teoria crítica da Escola de Frankfurt estão abertas para serem cooptadas por eles.

Menos conhecido, mas altamente influente na intelligentsia da nova direita, é Alain de Benoist. Sua contribuição é considerada uma "nova reafirmação do fascismo" (Sheehan, 1981), que retoma as influências daqueles tradicionalmente aceitos como o núcleo da teoria crítica, a saber: Gramsci, Marx, Buber, Debord, Baudrillard e Pareto, entre outros, em uma tentativa de ir além da política tradicional de esquerda/direita e misturar ideologias de esquerda radical com ideologias de direita radical. Ele passou a exercer uma influência significativa nos círculos intelectuais de direita de língua inglesa (Copsey, 2013). A estratégia da nova direita é cooptar os próprios termos usados pelos teóricos críticos e distorcê-los para resultados não progressistas. Um exemplo é o uso da noção de hegemonia cultural de Gramsci.

Para a esquerda, as percepções de Gramsci são usadas para informar as análises das funções da classe econômica dentro das estruturas criadas para e pela dominação cultural. Os artefatos culturais transmitem e disseminam a ideologia dominante para as populações de uma sociedade. Em *Ideology and Ideological State Apparatuses* (1970), Louis Althusser desenvolve essa noção de uma ideologia dominante criada e sustentada por instituições culturalmente dominantes para o Estado. Os *Aparelhos Ideológicos de Estado* estão por toda parte, desde o clero, passando pelas escolas, a polícia, os partidos políticos, as comunicações de massa e a academia. Para Althusser, o objeto de tal análise crítica é o Estado conservador. Para a nova direita, o objeto é o que eles chamam de neoliberal de esquerda, elites globalistas, incluindo o Estado e os capitalistas.

Para Peterson e De Benoist, a hegemonia cultural é o próprio progressismo. Segundo eles, os cargos universitários poderosos são dominados por "marxistas culturais" informados pela "Escola de Frankfurt" (Tuters, 2018; Mirrlees, 2018). Isso deixa um forte ponto de interrogação sobre as tentativas de aplicar a "teoria crítica" ao pensamento sobre ES/SI. Podemos considerar a própria noção de Horkheimer de inovação social como "mudança sociológica e emancipação intelectual" como sendo uma interpretação progressiva ou de esquerda. A mudança sociológica não é mais apenas um projeto progressista. Os movimentos conservadores, antiglobalistas, reacionários e fascistas também buscam "mudança sociológica e emancipação", mas o tipo de mudança deles?

A mudança pode ser negativa ou positiva, e a emancipação não é algo que somente a esquerda faz para seus adeptos. A direita também busca a emancipação do “complexo institucional expansivo que produz e regula a opinião pública para garantir a perpetuação do *status quo* ‘progressivo’” (Woods, 2019, p. 39). Quando reconsideramos frases como antiperformatividade, desnaturalização e reflexividade, não podemos mais assumir a hegemonia para a qual elas são direcionadas. O que surge é um debate, há muito evitado, sobre qual ética é boa?

Esse problema apresentado pela nova direita revela uma cegueira ontológica que tem dificultado a clareza no campo. Na contestação sobre o significado e a função dos termos (e dos fenômenos associados), na maioria das vezes a epistemologia é confundida com a ontologia. Essa é uma “episteme” subjacente às nossas formações cognitivas (Foucault, 1980, p. 197). O que se sabe sobre empresas sociais e empreendedores sociais, inovações e inovadores que atuam em uma economia ou campo social é discutido incessantemente, porque esses fenômenos são conhecíveis e mensuráveis. A primeira onda pressupôs uma episteme comum, os debates centrados em definições, por exemplo, no mesmo espaço epistêmico. A mudança relativista na segunda onda apontou corretamente que outros conhecimentos existiam (e haviam sido ignorados), mas presumiu que as ontologias também eram diversas e igualmente verdadeiras. Quando isso acontece, sem lidar explicitamente com as pressuposições ontológicas das vozes e experiências minoritárias, as vozes e experiências novas (e menos saborosas) recebem o mesmo espaço que as vozes e experiências que são genuinamente objeto de atenção do ES/SI.

A dança em torno da noção do “social na empresa social” surge porque o propósito do social é considerado intrinsecamente (ontologicamente) bom e progressivo. O resultado do desafio da nova direita é identificar o relativismo presente nas suposições ontológicas dos teóricos envolvidos. Não queremos chamar a atenção para pesquisas e pesquisadores que foram afetados por isso, mas os artigos de periódicos podem se aproximar demais do “nativismo ambiental” (Reidel, 2021) ao explorar inovações biorregionalistas que enfatizam a comunidade, o localismo e as intervenções baseadas no local. Buscar o controle baseado na comunidade local não é o mesmo que buscar a justiça social (Pendras, 2002). Os acadêmicos pró-localidade tendem a essencializar as comunidades locais como a rede de confiança e harmonia social e a celebrar sem críticas os benefícios ecológicos e políticos (supostos) do localismo (Park, 2013). Uma horta comunitária pode ser tomada por um grupo comunitário de extrema direita e se tornar um espaço branco. As empresas sociais biorregionalistas podem enquadrar seu trabalho no discurso indigenista neofascista (Manavist, 2018). Parar com as estratégias analíticas da Escola de Frankfurt e adotar impensadamente epistemologias relativistas de construção social é perigoso e exige uma resposta. Acreditamos que essa resposta está no fato de o campo levar a sério a posição filosófica do realismo crítico (Bhaskhar, 2013 [1975], Mingers, 2014).

Ao formularmos nossa tese de três ondas, fomos influenciados pela referência agora comum a "viradas críticas", que aclamam desenvolvimentos novos e mais teoricamente informados, ou "ondas" de diferentes epistemologias subjacentes, ontologias e suposições implícitas na sociologia e na literatura de ES/SI. Steyaert e Dey (2018), em um momento decadal, referem-se a três décadas de "pesquisas, às vezes altamente funcionalistas, evidências anedóticas e pensamento de 'melhor gestão'" (2018, p. 6) em sua justificativa de que era o "momento certo" (*kairos*) para seu livro. Acreditamos que o tempo linear (**chronos**) ainda atravessa esse momento crucial, pois todos os problemas com a pesquisa em ES/SI que eles criticam ainda continuam, à medida que novas pessoas entram no campo sem estar familiarizadas com os desenvolvimentos teóricos, contribuindo, sem saber ou deliberadamente, para a crescente montanha de pesquisas não (auto)críticas no campo. Steyaert e Dey usam cinco formas de criticidade, das quais encontramos as três primeiras em nossas duas primeiras ondas, (1) questionar os pressupostos popularistas, (2) tornar visíveis os fundamentos ideológicos dessas mensagens popularistas e (3) o desempenho desses fundamentos no discurso e na ação. Eles sugerem que (4) o fundamento moral normativo do ES/SI é "participação e democracia", mas Ruebottom (2018), Eikenberry (2018) e Horn (2018), no mesmo volume, dividem isso em valores democráticos liberais pró-negócios de liberdade por meio do trabalho (sic), internacionalização da ética social e uma tentativa de transferir o poder para democracias deliberativas baseadas na comunidade por meio da participação das partes interessadas. Isso leva ao quinto ponto (Friedman *et al.*, 2018), que "realidades alternativas" podem agora ser imaginadas (p. 251) com "mudanças fundamentais de significado" (p. 253) em que "nem 'social' nem 'empreendedorismo' é um significante fixo" (Calas *et al.*, 2018, p. 264) – perigosamente confundindo epistemologia com ontologia. A forma física do ES/SI não é mais fixa nas mentes dos teóricos críticos do ES/SI, ela agora é móvel e inconstante. Os resultados criados pelo ES/SI agora se tornam líquidos e escorregadios (Bauman, 2013). As condições para isso são estabelecidas na segunda onda e estão prontas para serem exploradas pela nova direita por meio de processos de normalização. Isso abre as portas para as realidades alternativas, achatando a ontologia (Choat, 2018) ou, em termos realistas críticos, confundindo epistemologia com ontologia (Kant, 2014). A inovação social é reduzida a um conjunto de atores individualistas, sem ontologia proposital, sem propósito ou significado final, sem estruturas que governem ou estruturem a ação ou o pensamento. Isso é importante porque, se não há verdade ontológica para o bem ou para o mal, então as epistemologias pós-modernas e novo-materialistas do ES/SI estão abertas tanto para a inovação social ruim quanto para a boa.

Enquanto o positivismo postula que existe uma realidade suprema e que ela é confiável e análoga à nossa realidade empírica percebida (epistemológica), o construcionismo social (em seu extremo pós-modernista) afirma que não há nada real exceto a superfície, nada real por trás do hiper-realismo do que percebemos e experimentamos (Eco, 1986,

1995; Baudrillard, 1994; 1998) – a única coisa real é o que pensamos sobre o real; a realidade é meramente construída. Nossa noção de qual resultado social é "bom" é meramente uma questão de posição política. Em ambas as posições, o ontológico é confundido ou misturado com o empírico. Uma postura realista crítica analisa a diferença entre ontologia e epistemologia, enquanto o positivismo e o construtivismo social confundem as duas coisas (Johnson e Duberley, 2003). Os realistas críticos afirmam a existência de uma realidade causalmente eficaz (grego: ὄντος ontos), independente da experiência humana, sobre a qual podemos adquirir conhecimento justificado (grego ἐπιστήμη episteme), ao mesmo tempo em que reconhecem a inevitabilidade de o conhecimento ser limitado, contextual e contingente (epistemicamente relativista). O realismo crítico permite uma realidade que é independente do conhecimento humano (mas talvez não tão simplesmente permanente e imutável quanto um realismo ingênuo positivista) e nosso conhecimento dessa realidade é (suficientemente) confiável, mas contingente às limitações da percepção humana e à impermanência da realidade, ontologicamente.

CONCLUSÕES

Na primeira onda, o objetivo do conceito de ES/SI é, implicitamente, suavizar as funções da sociedade e do capitalismo, abordar as lacunas e inconsistências do capital (pós)moderno e melhorar os resultados negativos do capital. O que é considerado positivo ou negativo é ignorado. Na segunda onda, as pressuposições epistemológicas começam a ser desfeitas. Os contextos em que a empresa/inovação social surge são questionados, e os propósitos para os quais a ES/IS é criada também são questionados, mas, ainda assim, a ética dos resultados "sociais" é deixada intocada ou é considerada relativista (ou seja, um bom resultado social; maior solidariedade entre as pessoas; menos disfunção dentro do capitalismo; uma redução na pobreza com o enfrentamento das causas da pobreza; ou um meio de enfrentar a hegemonia do neoliberalismo elitista, por meios progressivos ou regressivos). O teórico Max Horkheimer descreveu uma teoria como crítica na medida em que ela busca "libertar os seres humanos das circunstâncias que os escravizam" (1982, p. 244): O empreendimento social de uma pessoa é a libertação da hegemonia de outra pessoa.

Apresentamos as histórias de duas ondas da virada crítica na literatura de ES/SI, primeiro uma crítica instrumentalista, debatendo quais agentes e instituições podem ser chamados de inovadores sociais e empresas sociais, e quais movimentos sociais deram origem aos "novos" fenômenos. A segunda onda, uma virada pós-moderna, mudou a crítica para questionar quais vozes e experiências eram dominantes no enquadramento da prática de ES/SI e como ela era escrita na literatura acadêmica e cinzenta. As lacunas e contradições (Curtis, 2011) nos discursos dominantes foram abertas e exploradas para abrir espaços para discursos feministas, ambientais, raciais e de classe (Schachter,

2022). Consequentemente, o terreno comum ontológico presumido foi abalado, e essas mudanças emancipatórias correm o risco de serem cooptadas e exploradas.

Não estamos acusando nenhum dos fantásticos artigos publicados na pesquisa SE/SI de ser fascista, antiprogressista ou antitético à contribuição social positiva da inovação social e do empreendedorismo social, mas queremos apontar como a nova direita pode prontamente cooptar a terminologia e as estratégias analíticas usadas pelos teóricos progressistas, o que (se não for controlado) resultará em noções tidas como certas de "a bondade do social" sendo capturadas por aqueles que também são antimodernistas, antiglobalistas e que julgam que a desigualdade é um estado de coisas naturalmente positivo (Finlayson, 2021). Perguntamos se na terceira onda as críticas relativistas serão cooptadas por perspectivas reacionárias ou se o realismo crítico exigirá um foco mais forense no "bem" que todos nós supostamente desejamos. Nas aspirações de aumentar o campo e ser generosos e inclusivos, corremos o risco de deixar outros lobos mais circunspectos entrarem pela porta dos fundos.

REFERÊNCIAS

- Aiken, M. (2006). How do social enterprises operating in commercial markets reproduce their organisational values. [Paper Presentation] *3rd Annual UK Social Enterprise Research Conference* (p. 22-23). London: London Southbank University.
- Aiken, M., Spear, R., Lyon, F., Teasdale, S., Hazenberg, R., Bull, M., & Massey, A.K., (2021). Social Enterprise in the UK. In J. Defourny & M. Nyssens (Eds.), *Social enterprise in Western Europe: Theory, models and practice* (p. 253-268). New York: Routledge, Taylor & Francis.
- Alcock, P. (2010). A strategic unity: defining the third sector in the UK. *Voluntary Sector Review*, 1(1), 5-24.
- Allan, B. (2005). Social enterprise: through the eyes of the consumer (prepared for the National Consumer Council). *Social Enterprise Journal*, 1(1), 57-77. <https://doi.org/10.1108/17508610580000707>
- Amin, A. (Ed.). (2009). *The social economy: International perspectives on economic solidarity*. London: Bloomsbury.
- Amin, A., Cameron, A., & Hudson, R. (2002). *Placing the social economy*. London: Routledge.
- Amin, A., Cameron, A., & Hudson, R. (2003). The alterity of the social economy. In A. Leyshon, R. Lee & C. C. Williams (Eds.). *Alternative economic spaces* (p. 27-54). London: Sage.
- Arthur, L., Keenoy, T., & Scott-Cato, M. (2006). *Where is the 'social' in social enterprise?* [Paper presentation]. *3rd Annual Social Enterprise Conference*, June 22-23. London: South Bank University.
- Austin, J., Stevenson, H., & Wei-Skillern, J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? *Entrepreneurship theory and practice*, 30(1), 1-22.
- Avelino, F. (2021). Theories of power and social change. Power contestations and their implications for research on social change and innovation. *Journal of Political Power*, 14(3), 425-448.

- Avelino, F., Wittmayer, J. M., Pel, B., Weaver, P., Dumitru, A., Haxeltine, A., & O'Riordan, T. (2019). Transformative social innovation and (dis)empowerment. *Technological Forecasting and Social Change*, 145, 195-206.
- Baekkeskov, E. (2011). Issue framing and sector character as critical parameters for government contracting-out in the UK. *Public Administration*, 89(4), 1489-1508.
- Baudrillard, J. (1994). *Simulacra and simulation*. University of Michigan press.
- Baudrillard, J. (1998). *Société de consommation: Ses mythes, ses structures* (Vol. 53). London: Sage.
- Bauman, Z. (2013). *Liquid modernity*. John Wiley & Sons.
- Bhaskar, R. (2013 [1975]). *A realist theory of science*. London: Routledge
- Borzaga, C., & Solari, L. (2004). Management challenges. In C. Borzaga & J. Defourny (Eds.), *The emergence of social enterprise* (Vol. 4, Chapter 19). London: Routledge.
- Boschee, J. (2001). Eight basic principles for nonprofit entrepreneurs. *Nonprofit World*, 17, 15-18.
- Bruder, I. (2021). A social mission is not enough: Reflecting the normative foundations of social entrepreneurship. *Journal of Business Ethics*, 174(3), 487-505.
- Bull, M. (2008). Challenging tensions: Critical, theoretical and empirical perspectives on social enterprise. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 14(5), 268-275.
- Bull, M., & Crompton, H. (2006). Business practices in social enterprises. *Social Enterprise Journal*, 2(1), 42-60. <https://doi.org/10.1108/17508610680000712>
- Bull, M., & Ridley-Duff, R. (2018). Towards an appreciation of ethics in social enterprise business models. *Journal of Business Ethics*, 159, 619-634. <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3794-5>
- Calás, M. B., Ergene, S., & Smircich, L. (2018). Becoming possible in the Anthropocene? *Becoming social entrepreneurship as more-than-capitalist practice*. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 264-293). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Chell, E., Spence, L. J., Perrini, F., & Harris, J. D. (2016). Social entrepreneurship and business ethics: Does social equal ethical? *Journal of business ethics*, 133(4), 619-625.
- Choat, S. (2018). Science, agency and ontology: A historical-materialist response to new materialism. *Political Studies*, 66(4), 1027-1042.
- Copsey, N. (2013). Au Revoir to 'Sacred Cows'? Assessing the Impact of the Nouvelle Droite in Britain. *Democracy and Security*, 9(3), 287-303. <https://doi.org/10.1080/17419166.2013.792249>
- Cornforth, C. (2014). Understanding and combating mission drift in social enterprises. *Social Enterprise Journal*, 10(1), 3-20.
- Cox, G. (2007). *What is social enterprise?* Personal webpage. www.geofcox.info (accessed 30 June 2010), UK.
- Curtis, T. (2007). Mind forg'd: taking a Foucauldian look at prison based social enterprises. *Fourth Annual UK Social Enterprise Research Conference*. London: South Bank University.
- Curtis, T. (2008). Finding that grit makes a pearl: A critical re-reading of research into social enterprise. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 14(5), 276-290. <https://doi.org/10.1108/13552550810897650>
- Curtis, T. (2011). 'Newness' in social entrepreneurship discourses: the concept of 'danwei' in the Chinese experience. *Journal of Social Entrepreneurship*, 2(2), 198-217.
- Curtis, T. (2011). 'Newness' in social entrepreneurship discourses: the concept of 'danwei' in the Chinese experience. *Journal of Social Entrepreneurship*, 2(2), 198-217.

- Dart, R. (2004). Being 'business-like' in a nonprofit organization: a grounded and inductive typology. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 33(2), 290-310.
- de Bruin, A., & Teasdale, S. (2019). Exploring the terrain of social entrepreneurship: New directions, paths less travelled. In *A Research Agenda for Social Entrepreneurship* (p. 1-12). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Dees, J. G. (1998). Enterprising nonprofits. *Harvard Business Review*, January/February, 55-67.
- Dees, J. G., & Anderson, B. B. (2006). Framing a theory of social entrepreneurship: building on two schools of practice and thought. In R. Mosher-Williams (Ed.), *Research on Social Entrepreneurship: Understanding and Contributing to an Emerging Field*. (p. 39-66). Indianapolis, IN: ARNOVA.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2006). Defining Social Enterprise. In M. Nyssens M. (Ed.), *Social Enterprise: At the Crossroads of Market, Public Policies and Civil Society* (p. 3-26). London: Routledge.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2017). Fundamentals for an international typology of social enterprise models. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and nonprofit organizations*, 28(6), 2469-2497.
- Dempsey, S. E., & Sanders, M. L. (2010). Meaningful work? Nonprofit marketization and work/life imbalance in popular autobiographies of social entrepreneurship. *Organization*, 17(4), 437-459.
- Dey, P. (2010). *The Symbolic Violence of 'Social Entrepreneurship': Language, Power and the Question of the Social (Subject)* [Paper presentation], 3rd Research colloquium on social entrepreneurship. Oxford, UK.
- Dey, P. and Lehner, O. (2017). Registering ideology in the creation of social entrepreneurs: Intermediary organizations, 'ideal subject' and the promise of enjoyment. *Journal of Business Ethics*, 142(4), 753-767.
- Dey, P., (2006). The rhetoric of social entrepreneurship: Paralogy and new language games in academic discourse. In C. Steyaert & D. Hjorth (Eds.), *Entrepreneurship as social change* (p. 121-144). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Dey, P., & Steyaert, C. (2018). *Social entrepreneurship: An affirmative critique*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Dey, P., & Teasdale, S. (2016). The tactical mimicry of social enterprise strategies: Acting 'as if' in the everyday life of third sector organizations. *Organization*, 23(4), 485-504.
- Drayton, W. (2002). The Citizen Sector: Becoming as Entrepreneurial and Competitive as Business, *California Management Review*, 44(3): 120-32.
- DTI (2002). *Social Enterprise: a strategy for success*. London: Department of Trade and Industry. Document in its original form was downloaded from Employee Ownership Australia website at <https://employeeownership.com.au/hoa/wp-content/uploads/2020/08/Social-enterprise-A-strategy-for-success.pdf> (accessed 20/10/22)
- Eco, U. (1986). *Semiotics and the Philosophy of Language* (Vol. 398). Indiana University Press.
- Eco, U. (1995). Ur-fascism. *The New York review of books*, 42(11), 12-15.
- Eikenberry, A. M. (2018). Social entrepreneurship and democracy. In P. Dey & C. Steyaert, C. (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 210-229). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Eikenberry, A. M., & Kluver, J. D. (2004). The marketization of the nonprofit sector: Civil society at risk? *Public Administration Review*, 64(2), 132-140.
- Emerson, J. (2006). Moving ahead together: implications of a blended value framework for the future of social entrepreneurship. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New Paradigms of Sustainable Social Change*. Oxford: Oxford University Press.

- Emerson, J., & Twersky, F. (1996). *New social entrepreneurs: The success, challenge and lessons of non-profit enterprise creation*. Homeless Economic Fund, the Roberts Foundation.
- EMES (2004). *L'Emergence des entreprises sociales en Europe (1996-1999)* [The emergence of social enterprises in Europe project completed between 1996 and 2000]. Liege, Belgium: EMES – *L'EMergence de l'Entreprise Sociale* [International Research Network]. www.emes.net (accessed February 2004).
- Finlayson, A. (2021). Neoliberalism, the Alt-Right and the Intellectual Dark Web. *Theory, Culture & Society*, 38(6), 167-190.
- Flyvbjerg, B. (2001). *Making social science matter: Why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge University Press.
- Foucault, M. (1980). *Power/knowledge: Selected interviews and other writings, 1972-1977*. Vintage.
- Fournier, V., & Grey, C. (2000). At the critical moment: Conditions and prospects for critical management studies. *Human relations*, 53(1), 7-32.
- Friedman, V. J., Sykes, I., & Strauch, M. (2018). Expanding the realm of the possible: Field theory and a relational framing of social entrepreneurship. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 239-263). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Ganz, M., Kay, T., & Spicer, J. (2018). Social enterprise is not social change. *Stanford Social Innovation Review*, 16(2), 59-60.
- Gibson-Graham, J. K. (2008). Diverse economies: performative practices for 'other worlds'. *Progress in human geography*, 32(5), 613-632. <https://doi.org/10.1177/0309132508090821>
- Gibson-Graham, J. K., Cameron, J., & Healy, S. (2013). *Take back the economy: An ethical guide for transforming our communities*. University of Minnesota Press.
- Godin, B. (2019). *The invention of technological innovation: Languages, discourses and ideology in historical perspective*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Goerke, J. (2003). Taking the quantum leap: nonprofits are now in business: an Australian perspective. *International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing*, 8(4), 317-27.
- Grenier, P. M. (2008). *Role and significance of social entrepreneurship in UK social policy*. London School of Economics and Political Science (United Kingdom). PhD Submission.
- Haugh, H., & Kitson, M. (2007). The Third Way and the third sector: New Labour's economic policy and the social economy. *Cambridge journal of economics*, 31(6), 973-994.
- Hazenberg, R., Seddon, F., & Denny, S. (2014). Investigating the outcome performance of work-integration social enterprises (WISEs): do WISEs offer 'added value' to NEETs? *Public management review*, 16(6), 876-899.
- Hines, F. (2005). Viable social enterprise – an evaluation of business support to social enterprises. *Social Enterprise Journal*, 1(1), 13-28.
- HM Treasury (1999). *Enterprise and Social Exclusion HM Treasury National Strategy for Neighbourhood Renewal Policy Action Team 3*. London: The Stationery Office.
- Horkheimer, M. (1982). Egoism and the Freedom Movement: On the Anthropology of the Bourgeois Era. *Telos*, 1982(54), 10-60.
- Horn, D. M. (2018). Social entrepreneurship, democracy and political participation. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 230-236). Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Hu, X. (2018). Methodological implications of critical realism for entrepreneurship research. *Journal of Critical Realism*, 17(2), 118-139.

- Hu, X., Marlow, S., Zimmermann, A., Martin, L., & Frank, R. (2019). Understanding opportunities in social entrepreneurship: A critical realist abstraction. *Entrepreneurship Theory and Practice*, V44(5) 1032-1056
- Huckfield, L. (2022). *How Blair killed the co-ops: Reclaiming social enterprise from its neoliberal turn*. Manchester, UK: Manchester University Press.
- Hulgård, L. (2014). Social enterprise and the third sector-Innovative service delivery or a non-capitalist economy?. In J. Defourny, L. Hulgård & V. Pestoff (Eds.), *Social enterprise and the third sector* (p. 82-100). London: Routledge.
- Hulgard, L., & Spear, R. (2006). Social entrepreneurship and the mobilization of social capital in European social enterprises. In M. Nyssens (Ed.), *Social Enterprise at the Crossroads of Market, Public and Civil Society*. London: Routledge.
- Jarrodi, H., Byrne, J., & Bureau, S. (2019). A political ideology lens on social entrepreneurship motivations. *Entrepreneurship & Regional Development*, 31(7-8), 583-604.
- Johnson, P., & Duberley, J. (2003). Reflexivity in management research. *Journal of management studies*, 40(5), 1279-1303.
- Kant, S. L. (2014). The distinction and relationship between ontology and epistemology: does it matter? *Politikon: The IAPSS Journal of Political Science*, 24, 68-85.
- Kuratko, D. F. (2005). The emergence of entrepreneurship education: development, trends, and challenges. *Entrepreneurship: Theory and Practice*, 29(5), 577-97.
- Law, J. (2004). *After method: Mess in social science research*. London: Routledge.
- Leadbeater, C. (1997). *The rise of the social entrepreneur* (No. 25). Demos.
- Lewis, J. (2005). New Labour's approach to the voluntary sector: independence and the meaning of partnership. *Social policy and society*, 4(2), 121-131.
- Macmillan, R. (2010). *The third sector delivering public services: an evidence review*. Third Sector Research Centre. Working Paper 20, July.
- Mair, J., & Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of world business*, 41(1), 36-44.
- Manavis, S. (2018). Eco-fascism: The ideology marrying environmentalism and white supremacy thriving online. *New Statesman*, September 21. <https://www.newstatesman.com/science-tech/2018/09/eco-fascism-ideology-marrying-environmentalism-and-white-supremacy>
- Mason, C., Moran, M., & Carey, G. (2021). Never Mind the Buzzwords: Comparing Social Enterprise Policy-Making in the United Kingdom and Australia. *Journal of Social Entrepreneurship*, 12(1), 28-49.
- Mingers, J. (2014). *Systems thinking, critical realism and philosophy: A confluence of ideas*. London: Routledge.
- Mirrlees, Tanner (2018). The Alt-Right's Discourse of 'Cultural Marxism': A Political Instrument of Intersectional Hate. *Atlantis*, 39(1), 49-69
- Moulaert, F., & MacCallum, D. (2019). *Advanced introduction to social innovation*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.
- Nicholls, A. & Young, R., (2008). Preface to the paperback edition. In A. Nicholls (Ed.), *Social entrepreneurship: New models of sustainable social change*. Oxford: Oxford University Press.
- Nicholls, A., & Cho, A. H. (2006). Social entrepreneurship: the structuration of a field. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New Models of Sustainable Social Change* (p. 99-118). Oxford: Oxford University Press.
- Nicholls, A., & Teasdale, S. (2017). Neoliberalism by stealth? Exploring continuity and change within the UK social enterprise policy paradigm. *Policy & Politics*, 45(3), 323-341.

- Park, M. (2013). The trouble with eco-politics of localism: Too close to the far right? Debates on ecology and globalization. *Interface*, 5(2), 318-343.
- Parkinson, C., & Howorth, C. (2008). The language of social entrepreneurs. *Entrepreneurship & regional development*, 20(3), 285-309.
- Pearce, J. (2003). *Social Enterprise in Anytown*, Calouste Gulbenkian Foundation, London.
- Pel, B., Haxeltine, A., Avelino, F., Dumitru, A., Kemp, R., Bauler, T., Kunze, I., Dorland, J., Wittmayer, J. M., & Jørgensen, M. S. (2020). Towards a theory of transformative social innovation: A relational framework and 12 propositions. *Research Policy*, 49(8), 104080. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2020.104080>
- Pendras, M. (2002). From local consciousness to global change: asserting power at the local scale. *International Journal of Urban and Regional Research*, 26(4), 823-833.
- Peredo, A. M., Haugh, H. M., Hudon, M., & Meyer, C. (2020). Mapping Concepts and Issues in the Ethics of the Commons: Introduction to the Special Issue. *Journal of Business Ethics*, 166(4), 659-672.
- Petitgand, C. (2018). Business tools in nonprofit organizations: a performative story. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research*, 24(3), 667-682. <https://doi.org/10.1108/IJEBR-09-2016-0312>
- Pharoah, C., Scott, D., & Fisher, A. (2004). *Social Enterprise in the Balance: Challenges for the Voluntary Sector*. Charities Aid Foundation, West Malling.
- Phillips, M., & Knowles, D. (2012). Performance and performativity: Undoing fictions of women business owners. *Gender, Work & Organization*, 19(4), 416-437.
- Ranville, A., & Barros, M. (2021). Towards normative theories of social entrepreneurship. A review of the top publications of the field. *Journal of Business Ethics*, 180, 407-438. <https://doi.org/10.1007/s10551-021-04867-4>
- Reid, K., & Griffith, J. (2006). Social enterprise mythology: critiquing some assumptions. *Social Enterprise Journal*, 2(1), 1-10. <https://doi.org/10.1108/17508610680000709>
- Rhodes, R. A. (1994). The hollowing out of the state: The changing nature of the public service in Britain. *The Political Quarterly*, 65(2), 138-151.
- Ridley-Duff, R., & Bull, M. (2011). *Understanding social enterprise: Theory and practice*. London: Sage.
- Ridley-Duff, R., & Bull, M. (2021). Common pool resource institutions: The rise of internet platforms in the social solidarity economy. *Business Strategy & the Environment*, 30(3), 1436-1453. <https://doi.org/10.1002/bse.2707>
- Ridley-Duff, R. (2007). Communitarian perspectives on social enterprise. *Corporate Governance: An International Review*, 15(2), 382-392.
- Ridley-Duff, R. (2008). Social enterprise as a socially rational business. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 14(5), 291-312.
- Ridley-Duff, R., & Southcombe, C. (2012). The Social Enterprise Mark: a critical review of its conceptual dimensions. *Social Enterprise Journal*, 8(3), 178-200. <https://doi.org/10.1108/17508611211280746>
- Riedel, R. (2021). Green conservatism or environmental nativism? *Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft*, 15(2), 207-227.
- Roy, M. J., & Grant, S. (2020). The contemporary relevance of Karl Polanyi to critical social enterprise scholarship. *Journal of Social Entrepreneurship*, 11(2), 177-193.
- Ruebottom, T. (2018). Deliberative democracy in social entrepreneurship: a discourse ethics approach to participative processes of social change. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social entrepreneurship: An affirmative critique* (p. 191-219). Cheltenham, UK: Edward Elgar.

- Scase, R., & Goffee, R., (1980). *The real world of the small business owner*. Taylor & Francis.
- Schachter, H. L. (2022). Race, class, gender and social entrepreneurship: extending the positionality of icons. *Journal of Management History*, 28(4), 476-490. <https://doi.org/10.1108/JMH-11-2021-0059>
- Scott-Cato, M., & Hillier, J. (2010). How could we study climate-related social innovation? Applying Deleuzean philosophy to Transition Towns. *Environmental Politics*, 19(6), 869-887.
- Scott-Cato, M., & Raffaelli, P. (2017). The social and solidarity economy in Argentina and the UK: convergence from opposite directions. In P. North & M. S. Cato (Eds.), *Towards Just and Sustainable Economies: The Social and Solidarity Economy North and South* (p. 275-294). Policy Press.
- Scott-Cato, S., Arthur, L., Keenoy, T., & Smith, R. (2008). Entrepreneurial energy: Associative entrepreneurship in the renewable energy sector in Wales. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research*, 14(5), 313-329.
- Sepulveda, L. (2015). Social enterprise—a new phenomenon in the field of economic and social welfare? *Social Policy & Administration*, 49(7), 842-861.
- Sharpe, M. (2020). Is 'cultural Marxism' Really Taking over Universities? I Crunched Some Numbers to Find Out. *The Conversation*. September 7. <https://theconversation.com/is-cultural-marxism-really-taking-over-universities-i-crunched-some-numbers-to-find-out-139654>
- Sheehan, T. (1981). Myth and Violence: The Fascism of Julius Evola and Alain de Benoist. *Social Research*, 48(1), 45-73.
- Spear, R. (2001). United Kingdom. A wide range of social enterprises. In C. Borzaga & J. Defourny (Eds.), *The emergence of social enterprise* (p. 252-270). London: Routledge.
- Steyaert, C., & Dey, P. (2010). Nine verbs to keep the social entrepreneurship research agenda 'dangerous'. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(2), 231-254.
- Steyaert, C., & Dey, P. (2018). The books on social entrepreneurship we edit, critique and imagine. In P. Dey & C. Steyaert (Eds.), *Social Entrepreneurship: an affirmative critique*. (p. 1-15). Cheltenham, UK: Edward Elgar
- Teasdale, S. (2010). How can social enterprise address disadvantage? Evidence from an inner city community. *Journal of Nonprofit & Public Sector Marketing*, 22(2), 89-107.
- Teasdale, S., Dey, P., & Steyaert, C. (2012). Social entrepreneurship: Critique and the radical enactment of the social. *Social Enterprise Journal*, 8(2), 90-107.
- Teasdale, S., Roy, M. J., Ziegler, R., Mauksch, S., Dey, P., & Raufflet, E. B. (2021). Everyone a changemaker? Exploring the moral underpinnings of social innovation discourse through real utopias. *Journal of Social Entrepreneurship*, 12(3), 417-437.
- Terry, L. D. (1998). Administrative leadership, neo-managerialism, and the public management movement. *Public Administration Review*, 58(3), 194-200.
- Thompson, M., Nowak, V., Southern, A., Davies, J., & Furmedge, P. (2020). Re-grounding the city with Polanyi: From urban entrepreneurialism to entrepreneurial municipalism. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 52(6), 1171-1194.
- Turnbull, S. (1994). Stakeholder democracy: redesigning the governance of firms and bureaucracies. *Journal of Socio-Economics*, 23(3), 321-60.
- Tuters, M. (2018). Cultural Marxism. *Krisis: Journal for Contemporary Philosophy*, 2018(2), 32-34. <https://archive.krisis.eu/cultural-marxism/>
- Vincent, S., & O'Mahoney, J. (2018). Critical realism and qualitative research: An introductory overview. In C. Cassell, A. L. Cunliffe & G. Grandy (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Business and Management Research Methods* (p. 201-216). London: Sage.

- Welter, F. (2011). Contextualizing entrepreneurship—conceptual challenges and ways forward. *Entrepreneurship theory and Practice*, 35(1), 165-184.
- Welter, F., Baker, T., & Wirsching, K. (2019). Three waves and counting: The rising tide of contextualization in entrepreneurship research. *Small Business Economics*, 52(2), 319-330.
- Woods, A. (2019). Cultural Marxism and the Cathedral: Two Alt-Right Perspectives on Critical Theory. In C. M. Battista & M. R. Sande (Eds.), *Critical Theory and the Humanities in the Age of the Alt-Right* (p. 39-59). New York: Springer International, Palgrave Macmillan.
- Yıldırım, N., & Tuncalp, D. (2016). Legitimating Mitigator or a Powerful Comrade? Social Innovation from a Marxist Perspective. [Paper presentation] *32nd EGOS Colloquium – European Group for Organizational Studies*. Subtheme 18: Marxist Organization Studies: Institutional Forms of Power and their Legitimacy: Napoli, Italy.
- Young, R. (2006). For What It Is Worth: Social Value and the Future of Social Entrepreneurship. In A. Nicholls (Ed.), *Social Entrepreneurship: New Paradigms of Sustainable Social Change* (p. 56-73). Oxford: Oxford University Press.